

MEMÓRIA AMBIENTAL E POPULAÇÃO NEGRA EM PORTO ALEGRE: O ATERRO DO BAIRRO PRAIA DE BELAS ¹

*ENVIRONMENTAL MEMORY AND THE BLACK
POPULATION IN PORTO ALEGRE: THE PRAIA
DE BELAS NEIGHBORHOOD LANDFILL*

Elisa Algayer Casagrande *¹

Palavras-chave:
Revisão Sistemática;
Metanálise;
Divórcio;
Relações Familiares;
Resolução de Conflitos.

Resumo: O artigo aborda a memória dos aterros na cidade de Porto Alegre, com destaque para o bairro Praia de Belas. A cidade, situada às margens do rio Guaíba, optou por realizar aterros ao longo de seu desenvolvimento urbano, visando soluções para inundações e saneamento. O bairro Praia de Belas é um dos locais onde esses aterros foram realizados de forma expressiva entre 1950 e 1970, transformando a paisagem urbana e a dinâmica dos moradores locais. Além das áreas residenciais, foram criados parques, prédios administrativos e o Estádio Beira Rio sobre a área aterrada. Antes desse processo, o local era composto por chácaras e sítios, e um dos proprietários da área, Antônio Rodrigues Belas, foi responsável pela abertura de uma estrada importante para a comercialização de escravizados na região, o que evidencia a relação do bairro com o passado escravagista da cidade. Ao longo do texto, reflito sobre a tradição do local como terra de povo negro, emergindo como uma comunidade em uma área difícil de habitar e estigmatizada ao longo da história. O texto foi elaborado a partir de uma perspectiva da antropologia urbana e da memória coletiva, explorando a intersecção entre as experiências históricas da população negra e as paisagens urbanas de Porto Alegre. Com inspiração nos trabalhos de Gilberto Velho sobre sociedades complexas e guiado pela

¹ Recebido em 10 de maio de 2024; aceito para publicação em 03 de junho de 2024.

*¹ Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social (Universidade Feevale). Jornalista e Relações Públicas (PUCRS). Pesquisadora associada ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais/LAS/ NUPECS/PPGAS-UFRGS. elisacasagrande@gmail.com

abordagem da etnografia da duração de Cornélia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, o estudo foi desenvolvido durante o período de mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade FEEVALE e de doutoramento em Antropologia Social na UFRGS, e enquanto pesquisadora associada, em diálogo com o Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV).

Keywords:
Systematic Review;
Meta-analysis;
Divorce;
Family relationships;
Conflict resolution.

Abstract: *The article addresses the memory of landfills in the city of Porto Alegre, focusing on the Praia de Belas neighborhood. The city, situated on the banks of the Guaíba River, opted to carry out landfills throughout its urban development, aiming to provide solutions for flooding and sanitation. The Praia de Belas neighborhood is one of the places where these landfills were extensively carried out between 1950 and 1970, transforming the urban landscape and the dynamics of the local residents. In addition to residential areas, parks, administrative buildings, and the Beira Rio Stadium were built on the reclaimed land. Before this process, the area consisted of small farms and estates, and one of the landowners, Antônio Rodrigues Belas, was responsible for opening an important road for the commercialization of enslaved people in the region, highlighting the neighborhood's connection to the city's slaveholding past. Throughout the text, I reflect on the tradition of the place as a land of Black people, emerging as a community in a hard-to-inhabit and historically stigmatized area. The text was developed from an urban anthropology and collective memory perspective, exploring the intersection between the historical experiences of the Black population and the urban landscapes of Porto Alegre. Inspired by the works of Gilberto Velho on complex societies and guided by the ethnography of duration approach by Cornélia Eckert and Ana Luiza Carvalho da Rocha, the study was developed during my master's in Cultural Diversity and Social Inclusion at FEEVALE University and my doctorate in Social Anthropology at UFRGS, while also being an associate researcher in dialogue with the Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV).*

A cidade de Porto Alegre

O bulício da cidade chamava a atenção do habitante do Caminho de Belas, que ao levantar-se, sentia os zéfiros embalsamados pelos florentes alecrins, dourados e verdes manjericões, e mil flores cujo matiz agrada à vista e chama o pensamento do filósofo à contemplação de Deus (CALDRE E FIÃO, 1847, p. 24).

A cidade de Porto Alegre é banhada pelas águas do Guaíba, um corpo hídrico classificado como Lago, mas comumente chamado de Rio, localizado entre Lagoa dos Patos e o Delta do Jacuí. O Guaíba banha a capital gaúcha e as cidades de Eldorado do Sul, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão, e na cidade de Porto Alegre tem uma orla com 70km de extensão na sua totalidade. Ele já foi classificado, ainda como “ria” e “estuário”, além das classificações já citadas. Pelas características específicas que possui, há uma dificuldade na denominação oficial a ser utilizada.

Acontece, que o Guaíba é um corpo hídrico singular que tem, ao mesmo tempo, características de um lago e de um rio, ele é estuário para 4 rios - Sinos, Gravataí, Jacuí e Caí - e diversos arroios, e deságua na Laguna dos Patos, que tem saída de água para o mar (e, conseqüentemente o oceano). Quanto ao fluxo de água, nas “bordas” do Guaíba, ele é bidimensional, enquanto na parte central é unidimensional e de fluxo contínuo, como se fosse um lago que tem um rio “no meio”. Todas essas informações dizem respeito ao comportamento do Guaíba enquanto corpo hídrico, bem como da vegetação que surge no seu entorno, e, assim, das áreas de preservação da mesma. Esse é um debate amplo e histórico, e não é minha ambição contemplá-lo aqui. O Guaíba acompanha Porto Alegre em sua extensão, desde a zona noroeste da cidade, até seu extremo sul (Scottá, 2018).

Em um processo similar ao que aconteceu em outras cidades, tanto brasileiras quanto de outros países, ao longo do desenvolvimento urbano da cidade de Porto Alegre, uma série de decisões foram tomadas com relação aos arroios e, especificamente ao Guaíba, que recebeu uma série de aterros, ampliando o território urbano. A cidade, então, avançou sobre as águas.

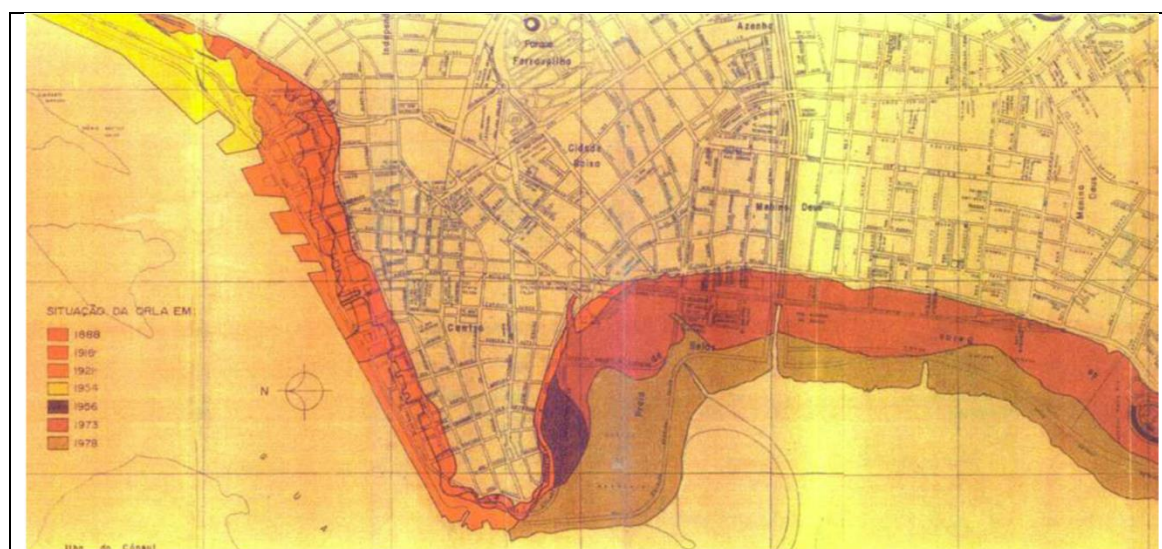
Pensando o tema de uma pesquisa na e da cidade, busco refletir aqui sobre a natureza presente no contexto urbano, nesse caso tratando dos aterros da cidade de Porto Alegre e, especificamente do aterro do bairro Praia de Belas, em relação também e à “natureza” dos territórios negros no contexto urbano. É importante a presença da população negra no processo de ocupação da cidade de Porto Alegre, além de sua participação na construção da cidade, tanto de forma material quanto simbólica, nas práticas culturais. Porto Alegre tem atualmente 14 quilombos urbanos auto identificados e certificados, muitos em processo de defesa dos territórios e em processo de titulação. Além disso, a partir dos fluxos de deslocamento dessa população, tem diversos territórios negros espalhados pela cidade, bem como bairros majoritariamente negros.

O presente artigo foi realizado a partir de uma perspectiva da antropologia na e das cidades, e da memória coletiva, explorando a intersecção entre as experiências históricas da população negra e as paisagens urbanas. Essa escrita acontece inspirada pelos trabalhos de Gilberto Velho (1981, 1994) sobre sociedades complexas, e guiados pela abordagem da etnografia da duração (Eckert, 1991; Rocha, 1994), em uma busca por investigar as metrópoles e seus habitantes. O trabalho de pesquisa ocorreu durante

o meu período de mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade FEEVALE, defendido em 2019 e atualmente, no doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS), e em diálogo com o Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) no qual sou pesquisadora associada.

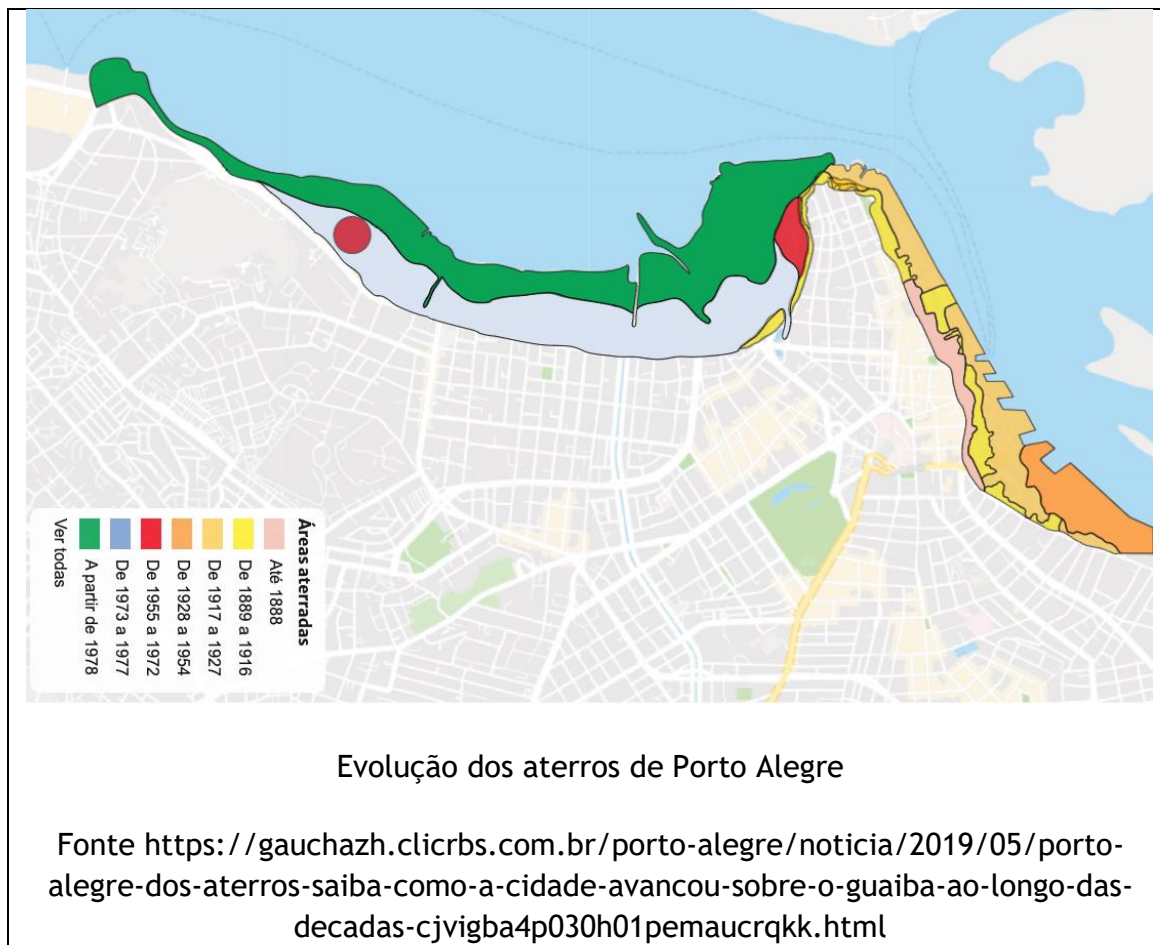
O aterro do Praia de Belas

Os aterros da cidade de Porto Alegre foram realizados em diferentes períodos da sua história, de acordo com os planos de expansão, urbanização e “revitalização da cidade. Os aterros foram feitos do fim do século 19 até a década de 1970 e muito desse processo foi justificado enquanto soluções criadas para inundações e saneamento.



A Evolução dos aterros de Porto Alegre.

Fonte: Porto Alegre: Secretaria de Planejamento Municipal - PMPA/1986



O bairro Praia de Belas², e a rua de mesmo nome, é um dos bairros da cidade com uma área expressiva de aterros. Realizado entre 1950 e 1970, o aterro da rua Praia de Belas, veio como projeto de um bairro residencial modernista (Vieira, 2017) e alterou totalmente a paisagem urbana (Simmel, 2009) e a dinâmica dos moradores locais, que foram afastados da orla. Mas, em realidade, as ocupações do bairro foram variadas, além da parte residencial, o bairro abriga parques, prédios de órgãos administrativos e um estádio de futebol, o Estádio Beira Rio, construído sobre a área aterrada e cuja edificação iniciou em 1959 e foi finalizada em 1969 (Dutra, 2017). A área “sul” do bairro Praia de Belas tem sua própria história e uma relação próxima com o bairro com o qual faz divisa, Santa Tereza. Aspectos econômicos repercutiram muito no espaço urbano de Porto Alegre, causando mudanças significativas. Assim, conforme avança a urbanização, a especulação imobiliária também se movimenta e tem se intensificado com o tempo. Na região, se destacam as paisagens do Morro Santa Tereza e o Guaíba.

² Para aprofundar no tema, sugiro:

BOHRER, Maria Dalila. O Aterro Praia De Belas E O Aterro Do Flamengo. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Arquitetura. Orientação Edson da Cunha Mahfuz.

MACHADO, Andrea Soler. Princípios De Le Corbusier No Rio Grande Do Sul: O Projeto Do Bairro Residencial Da Praia De Belas Em Porto Alegre. URBANA, V.6, no 8, jun.2014 - Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP.

Bem antes disso, o local era composto por chácaras e sítios - e muitos desses terrenos com fronteiras indefinidas e baixa ocupação. Um dos proprietários de área no local, ao que parece, seria Antônio Rodrigues Belas, que teria sido responsável, segundo um documento do Centro de Pesquisa Histórica junto à Secretaria Municipal da Cultura, pela abertura de uma estrada que acabou sendo importante para a passagem e comercialização de escravizados, amplamente desenvolvida na região. Essa seria a origem do bairro, que cresceu e misturou essas chácaras com moradores fixos. Nas palavras do cronista Achylles Porto Alegre

Aquele sítio ali, à Praia de Belas, onde está hoje o quartel do Segundo Batalhão da Brigada militar, era, há 50 anos, (1870) um matagal cerradíssimo onde os negros fugidos iam esconder-se (...) a mata era espessa e eles encontravam ali, para alimentar-se, o araçá, a cereja, a pitanga, o 100aracujá, o joá, o ananás, e tantas outras frutas silvestres que o bom Deus semeou a mãos cheias na terra para regalar a gulodice (...) De resto, a um passo, ficava a praia, com a limpa cristalina, para lhes mitigar a sede. (...) Antigamente assim se chamava por ali ter existido o palacete da baronesa de Gravataí, onde funcionou outrora a Escola Militar e está hoje o quartel a que me referi no começo dessa ligeira prosa efêmera. O espírito popular, sempre cheio de argúcia e maldade, também chamava esse lugarejo de “Banda Oriental”, pelas frequentes desordens que ali se davam, principalmente no beco, da Preta, que era um dos seus tantos corredores escusos. Em frente ao atual quartel da Brigada, existia, naqueles tempos agrestes, uma excelente praia de banho limpa e cuidada. Era muito concorrida por escolares, que gazeavam as aulas e, nos tempos cálidos, atraídos pelas frutas como os passarinhos, procuravam aquele aprazível sítio, tão rico de encantos naturais. Não era raro encontrar-se mel naquela espessa e perfumada mata. A lechiguana, a mandacária e a mirim ali abundavam. (...) Frutas, mel e um soberbo banho. (PORTO ALEGRE, 1994, p.41).

A própria urbanização do bairro, em mais de um trecho, tem relação com o passado escravagista, que era uma fonte econômica rentável e forma de trabalho amplamente utilizada ainda no século XIX na cidade (Dutra, 2017). No limite norte do bairro, encontra-se o Areal da Baronesa, um território que resiste e existe até os dias de hoje, sob a nomenclatura de Quilombo do Areal, ainda que com área reduzida. Seus limites eram: Av. Praia de Belas, Av. Getúlio Vargas (rua 13 de Maio), Riachinho (Arroio Dilúvio), r. 28 de Setembro (que viria a se tornar a avenida Ipiranga) e a Ponte de Pedra (Vieira, 2017). Dentro dessa região, as ruas que limitavam o Areal eram Barão e Baronesa do Gravataí, Miguel Teixeira, Cel. André Belo, praça Cônego Marcelino e travessas menores (Franco, 2006). O território é remanescente de uma chacara, da Baronesa do Gravataí, registra a presença de moradores negros desde 1870, mesmo antes de seu loteamento ou da abolição (oficial) da escravatura (Vieira, 2017).

Carnaval, religiosidade, tradição cultural e passado escravocrata, de um povo que em época de festividades, andava quilômetros pela cidade levando seu cortejo. Ao longo da história da cidade, os territórios negros são estigmatizados, e apontados enquanto locais de baixa higiene, criminalidade, etc. Essas nomenclaturas são enriquecidas pelos locais de exclusão. Locais criados a partir das medidas citadas, que viabilizaram deslocar, com ou sem a necessidade de uso de força física, as comunidades urbanas para zonas

que circundavam o centro, sempre afastando-se conforme a urbanização avançava, assim “fora do centro e ao sul do Caminho do Meio [*av. Protásio Alves*], localizava-se o 2º distrito da cidade, compreendendo as áreas do Campo da Várzea [*Parque Farroupinha/Redenção*], Cidade Baixa, Azenha, Menino Deus e Praia de Belas (Pesavento, 1999, p. 11).

Nesse segundo distrito é que ficavam o Areal da Baronesa e a Ilhota - sendo que o Areal permanece desde então - e, sobrepondo temporalidades, o quilombo da Família Lemos - que também se mantém no local até os dias de hoje. Na Praia de Belas ficam também alguns prédios históricos, que fazem fronteira com o Quilombo Lemos, o “Complexo Padre Cacique/FASE” (Dutra, 2017, p. 12), espaço composto por dois conjuntos de edificações. As duas edificações teriam sido realizadas pelo Padre Cacique - Joaquim Cacique de Barros - no final do século XIX, quando ainda vigorava o sistema escravagista.

Antes da construção do prédio que hoje é o Asilo Padre Cacique, o idealizador do mesmo também apoiou a construção da Escola Santa Thereza, para meninas órfãs, que iniciou em 1846 e foi finalizada em 1864. A escola foi fundada por Dom Pedro II, em homenagem à Imperatriz Tereza Cristina e ficava onde hoje é a propriedade da FASE. Além das meninas órfãs, o padre tinha a ideia de fazer atendimento as crianças abandonadas, em especial as deixadas na Santa Casa de Misericórdia. Por isso, em 1880 ele iniciou a construção do prédio que seria o Asilo de Mendicidade, atual Asilo Padre Cacique. A construção foi finalizada em 1898, mas ele já se encontrava aberto para receber pessoas em situação de rua de forma gratuita. Ao longo dos anos, a instituição passou por mudanças administrativas e quanto à sua função, atualmente ela recebe apenas pessoas idosas, a partir de critérios específicos para o acolhimento.

Ainda que seja encontrado amplo material sobre a instituição e os bairros Santa Tereza e Praia de Belas, pouco se fala sobre a participação de escravizados na sua construção, bem como na territorialidade dos bairros como um todo. Mas, cabe ressaltar que, pelo período de sua construção, não havia sido assinada no Brasil a abolição da escravatura, embora houvesse movimentos diversos nesse sentido, inclusive em Porto Alegre (ainda em 1884). Neste sentido, “é possível analisar, a partir das considerações historiográficas, que a criação e institucionalização do Asilo Padre Cacique em Porto Alegre guarda laços diretos com os efeitos do processo escravagista na cidade” (Fernandes, 2018, p. 26).

Dentro dessa perspectiva, gostaria de refletir sobre esses dois contextos. O primeiro, das chácaras e da estrada para a comercialização de escravizados no contexto de Porto Alegre. Conhecidos por suas fugas em direção a áreas de subida, em meio à vegetação, em locais ermos, como seria, casualmente, o morro Santa Tereza e o terreno onde se localiza o território do Quilombo Lemos. O segundo ponto que me leva à reflexão é a construção do prédio do Asilo Padre Cacique, também por trabalhadores escravizados. Mais uma vez, sou levada a considerar que aquela área, como diria o Mestre Borel (e diz, diversas vezes ao se referir à cidade de Porto Alegre como um todo)

é “terra de negão”. Uma zona difícil de habitar, em local característico da ocupação de povo negro, que não possuía dono algum e onde se viu emergir uma comunidade, me faz considerar que, afinal de contas, talvez aquela terra fosse, por tradição, terra de povo negro.

No limite sul, o bairro encontra-se com o bairro Cristal, que também recebeu área de aterro na década de 1940, quando muitas mudanças foram realizadas na cidade de Porto Alegre, a partir do Plano de Melhoramentos (do início do século). Nessa época, aumentou exponencialmente a população da cidade, e sua paisagem passou por um grande processo de remodelação e “com a realização de obras viárias (como a extensão da Avenida Borges de Medeiros ligando o centro à orla sul), canalização do Arroio Dilúvio, o início da verticalização do centro, construção de prédios públicos etc.” (Soares, Ana Paula Marcante, 2014, p. 124).

É nessa época que acontece a proposta do extenso aterro do Praia de Belas, para a construção de um bairro residencial. E é dessa forma que os bairros acabam por se ligar, a partir das obras viárias que acontecem sobre esse aterro. Mas,

embora o aterramento de um território alagadiço da cidade já tivesse sido previsto desde o início do século, são os fragmentos de cidades ideais projetadas nos planos urbanos para Porto Alegre que se sucederam nesta época que deram início a construção do “novo litoral” da Praia de Belas, buscando sua adequação e alinhamento aos padrões civilizatoriamente desejados de ocupação. O novo bairro residencial viria a ser urbanizado na década de 60, mas antes, como vimos, o aterramento que viabilizaria a construção da Avenida Beira Rio que ligaria esta região à orla sul da capital e ao Cristal já estava em andamento em meio as suspensões e retomadas das obras. Os rumos do progresso da capital que ditavam a dinâmica de transformação da paisagem urbana da cidade são particularmente interessantes se atentarmos que, às margens sul da orla do Guaíba, o Cristal figurava como o entremeios do “novo litoral” da Praia de Belas - que saneado fora projetado e, mais tarde, concretizado como bairro residencial - e a região de balneários do sul da capital. O Estaleiro Só chega ao Cristal com o objetivo de incremento da atividade de construção naval já que, até então, era um estaleiro centrado na atividade de reparo de navios. A própria viabilização do projeto do Estaleiro Só na ponta de terra que avançava sobre o rio às margens sul do Guaíba também dependeu de aterro. (Soares, Ana Paula Marcante, 2014, p. 124).

Nos planos, projetos e defesas de implementação de mudanças urbanas, as justificativas geralmente incluem a visão de futuro e melhorias para uma região, frequentemente, como é o caso do Pontal, buscando a revitalização da referida área. Nesse caso específico, o que foi anunciado foi um “resgate” do Guaíba e a “criação” de uma relação da população de Porto Alegre com ele. Atualmente, em 2024, essa ainda é a fala que movimenta propostas de obras à beira do Guaíba. Em algum momento a cidade teria se “virado de costas” para esse corpo hídrico. Mas uma cidade que avança sobre ele, apropria-se da enseada e se constrói a partir disso, poderia realmente virar-se de costas para o Guaíba?



CALEGARI, Virgílio. BAIRRO PRAIA DE BELAS, década de 1900.
Acervo Museu Joaquim Felizardo.



Léo Guerreiro E Pedro Flores. Bairro Menino Deus - Av. Praia De Belas Esquina Rua Barbedo, 1956. Acervo Museu Joaquim Felizardo.



Léo Guerreiro E Pedro Flores. Bairro Praia De Belas - Av. Ipiranga , 1956.
Acervo Museu Joaquim Felizardo.



Vista Do Estádio Beira-Rio, 1969. Autor Desconhecido.
Acervo Museu Joaquim Felizardo.



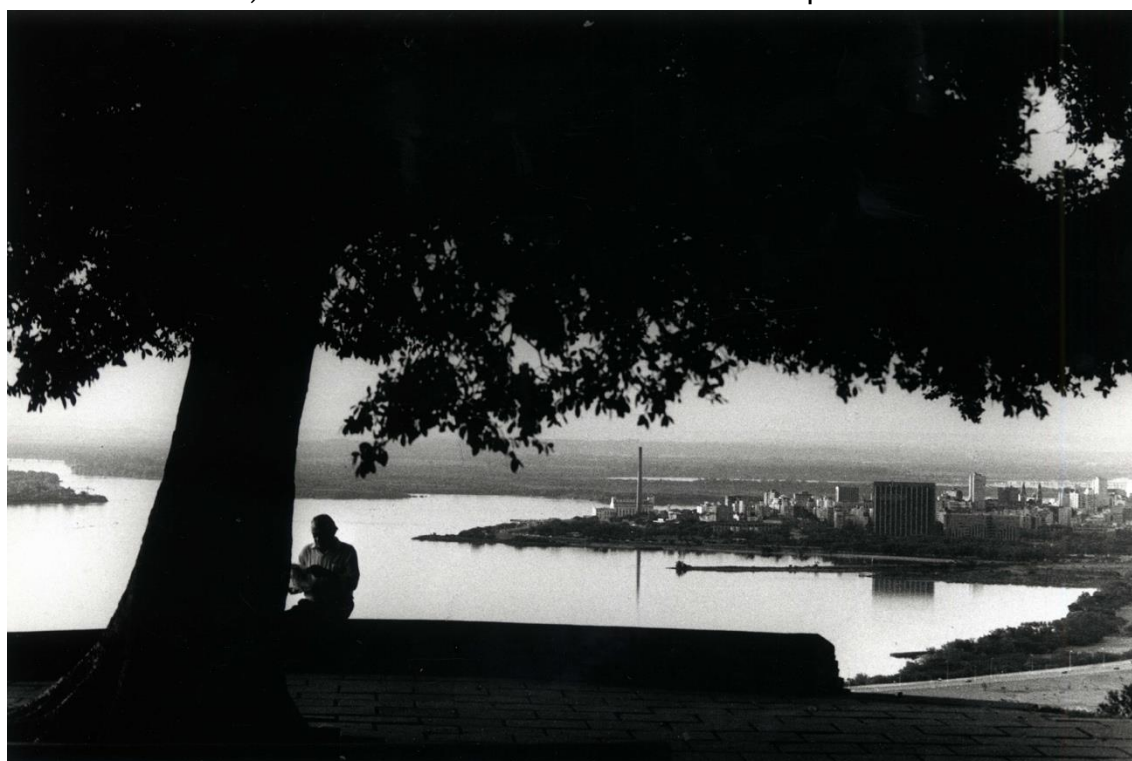
Morro E Bairro Santa Tereza, Bairro Praia De Belas , 1969.
Autor Desconhecido. Acervo Museu Joaquim Felizardo.



Morro Santa Tereza (TV Piratini). Década de 1960. Autor desconhecido.
Fonte: Acervo Museu Joaquim Felizardo.



Léo Guerreiro e Pedro Flores. Estaleiro Só, Av. Padre Cacique, Av, Diário de Notícias, 1962. Bairro Cristal. Acervo Museu Joaquim Felizardo.



Luiz Abreu (*Atribuído*). Imagens Da Cidade - Morro Santa Tereza , 1999. Acervo Museu Joaquim Felizardo.



Foto: Léo Guerreiro e Pedro Flores. Vista aérea de Porto Alegre. 1958.
Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. 1451f.



Fotografia: autor desconhecido. Construção do Hipódromo do Cristal, 1958.

Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. 4848f.



Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, autor desconhecido, década de 1950.

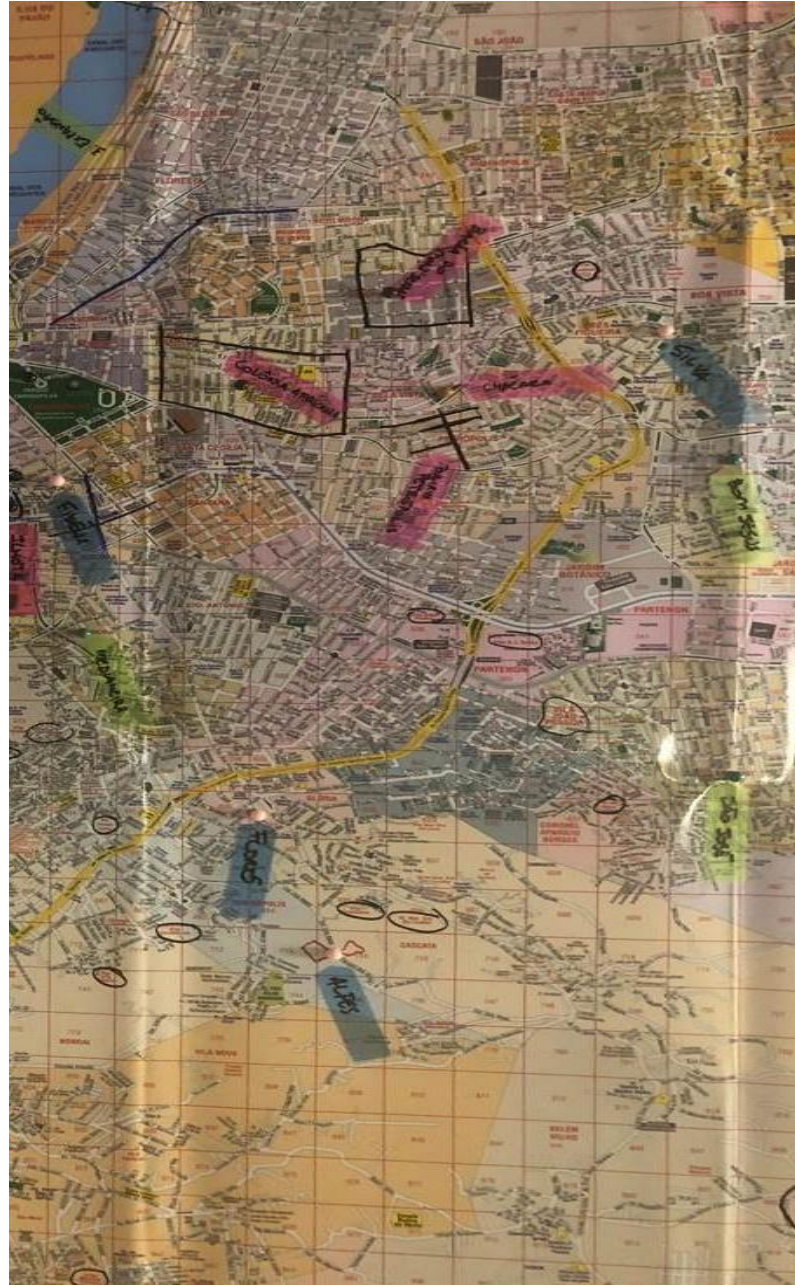
Territórios negros, condições de vida e vulnerabilidade social

Na pesquisa iniciada no mestrado que se desdobra no doutorado, percebo a cidade de Porto Alegre como um contexto dinâmico, desafiando a concepção tradicional de sua narrativa fundacional. Essa ideia parte de uma noção de deslocamentos, contrariando a ideia dos mitos fundacionais e das localizações fixas da população, nesse sentido, “a cidade é o contexto vivido com a pluralidade de alteridades, com aquele que eu não conheço, mas que não é excluído” (Rocha, Eckert, 2006: 460).

Dessa forma, com base nas cartografias reunidas por Daniele Vieira (2017) sobre os territórios negros da cidade, proponho um outro olhar sobre a ideia destas comunidades localizadas no tempo e no espaço. Nessa caminhada, surge uma reflexão sobre as condições de vida da população negra no contexto urbano, ao longo de sua história, e a relação com a paisagem urbana e sua memória ambiental. Há, assim, uma necessidade de elaborar mais sobre o tema e refletir mais detidamente sobre essas questões, em específico com foco na visão de uma cidade construída pelo povo negro, em sua estrutura e suas edificações tanto quanto na sua base cultural e social, ainda que sua narrativa fundacional conte outra história.

No mapa da próxima página, elaborado por mim a partir destas informações sobre territórios negros e trabalho de campo, é possível ver vilas, bairros que são

majoritariamente ocupados pela população negra (etiquetas amarelas), quilombos urbanos (etiquetas azuis) e territórios negros que havia na cidade em outros períodos (etiquetas cor de rosa).



Mapa de territórios negros em Porto Alegre. Elaborado por: Elisa Casagrande.
Fonte: Aquilombe-se: memória, identidade e territorialidade em Porto Alegre.

Porto Alegre tem seu mito fundacional na divisão das terras da cidade em sesmarias, e, posteriormente, na fundação oficial da cidade, que mais tarde se tornou a capital do Rio Grande do Sul. Mas, antes disso, é de conhecimento público que já havia

população indígena nesta mesma terra. E, também, ocorreu durante o período da colonização, a chegada de população negra na região, fosse ela escravizada ou fugida, liberta ou migrante. Nos documentários “A Tradição do Bará do Mercado Público” (Rocha et al, 2008) e “Mestre Borel Ancestralidade Negra em Porto Alegre” (Rocha et al, 2010), Mestre Borel relembra a história da cidade e conta das formas ocupação feitas pelo povo negro, iniciando pela região que hoje chamamos de Centro Histórico. No período da construção do viaduto da Borges de Medeiros, uma parte desse local era conhecida como Cidade Baixa. O Areal da Baronesa, antigo território negro, era localizado nessa região, e como demonstra Olavo Ramalho Marques (2006), foi reduzido exponencialmente em termos espaciais, resultando hoje no território que é o Quilombo do Areal, no bairro Cidade Baixa.

Porque aquilo ali é considerado o Areal da Baronesa não é, mas nós morávamos... no Pão dos Pobres, naquela zona do Pão dos Pobres... É, então aquela parte do Areal da Baronesa, da Rua da Margem, que é João Alfredo, não é? Cidade Baixa, para até o Pão dos Pobres ali, toda aquela zona praiana ali, aquilo tudo pertence à Ilhota [corrige], ao Areal da Baronesa. [...] O centro, o centro de Porto Alegre é esse, quer dizer, Porto Alegre, centro. Quando estavam fazendo a avenida Borges, eles tavam cavando aquele troço lá, naquela parte que já pegava da Borges pra lá, ali já era Areal da Baronesa.. já era Cidade Baixa, como eles chamavam. Na parte praia, né, do centro pra lá. Do centro pro bairro. Então João Alfredo, José do Patrocínio, que era a antiga Rua da Margem e a Rua da República. Essas ruazinhas todas que pegavam assim, então como é que era Porto Alegre [...] Descendo a avenida Borges, ali já é da Cidade Baixa, então aqui onde tem aquele cinema ali, cinema Capitólio [...] dali pra lá já tudo, já tudo era Cidade Baixa. Só ela vinha só até ali. [...] ela vinha até a Borges, da Cidade Baixa, aqui ela já entrava na João Alfredo, praia já não tinha mais, porque não tinha mais saída aqui. Então o escape era justamente pela João Alfredo. Então pela João Alfredo, a senhora vinha até a Rua da República. A Rua da República tinha uma ponte, um potilhão de madeira que ligava o Pão dos Pobres, era a primeira rua, a Luiz Afonso. (Rocha, 2010)

Essa fala oferece uma noção vívida da ocupação inicial da cidade pelo povo negro e destaca a importância do Areal da Baronesa. O avançar da especulação imobiliária e dos interesses de mudança visual da cidade, sob um discurso de “urbanização” e “revitalização”, responsáveis pela desterritorialização, muitas vezes forçada, dessa população. É através das redes de solidariedade, que os negros se movem na cidade, em fluxo, e criam novos territórios coletivos, como é o caso dos já citados, bem como do Quilombo Silva, primeiro quilombo urbano titulado do Brasil, que fica num dos bairros mais valorizados da cidade - o Três Figueiras.

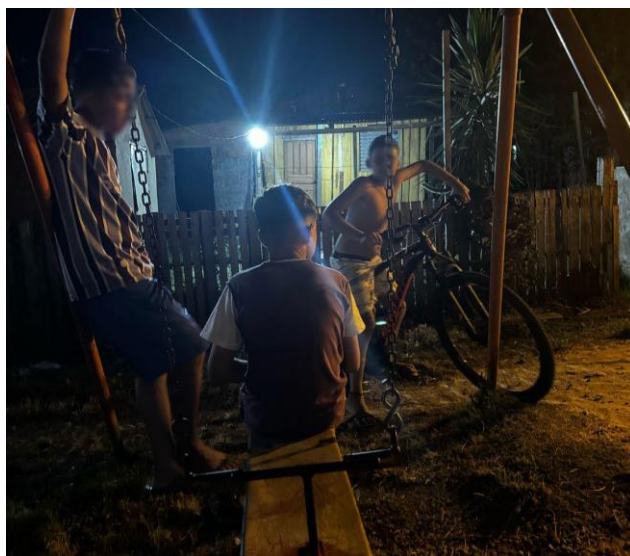
Também é possível lembrar outros territórios negros da cidade ao longo da história de Porto Alegre, como Colônia Africana (bairro Rio Branco), Azenha, Bacia do Mon't Serrat, Chácara (Bela Vista) e Petrópolis (Vieira, 2017), e verificar o movimento das andanças feitas pelo povo negro no contexto urbano. Esses locais se sobrepõem geograficamente em diferentes tempos históricos, e surgem a partir do movimento entre essas regiões. O caminho (ainda que não linear) desde a área central até as regiões mais extremas da cidade, revela a importância do tema da presença da população negra nas

idades brasileiras.

Em outras capitais, como Rio de Janeiro, também os cortiços foram uma forma de ocupação da população negra no contexto urbano, vilas e favelas. No caso de Porto Alegre, cheia de territorializações, desterritorializações e reterritorializações, verificamos a existência dos quilombos urbanos (como é o caso do Quilombo do Areal, na capital gaúcha). A desterritorialização era (e talvez siga sendo) uma estratégia de sobrevivência: “nem mesmo a concepção mais restritiva e colonial de quilombos deixaria de situar a fuga, o deslocamento, a desterritorialização no cerne dos processos da insurreição negra” (Anjos et al., 2008: 175). Seja forçada ou intuitiva, a caminhada é por vezes a única forma de resistência para grupos no contexto urbano. Mas seriam essas localidades escolhidas, esses territórios criados, foram aleatórios, ou resultado de relações de solidariedade?

Historicamente, como essas ocupações chegam antes de um processo urbanístico oficial, suas populações guardam as memórias das paisagens da cidade, ou seja, aspectos diversos da memória ambiental. São territórios que contrapõem e desafiam utopias do planejamento urbano e mitos fundacionais, em sua existência e resistência ao longo dos anos, “polemizam as utopias dos mitos históricos e do progresso do país ao longo dos anos” (Eckert, Rocha e Cervo, 2021) e em especial no presente. Se de um lado há o discurso da inovação tecnológica, nas periferias e limites da cidade, nas praças, vilas, arroios e tantos outros lugares, a inovação é criar novas formas de viver e sobreviver. É nesse sentido que reflito sobre a importância de reconhecer essas formas de vida insurgentes e os contra usos da cidade em Porto Alegre.

Partindo dessa noção de que a população negra se localizou nas encostas e morros, praças, proximidades de arroios e outras tantas paisagens, e que é também essa a população que mais anda e já andou pela cidade, no sentido literal ou figurado, é possível considerar que, através da oralidade, são esses grupos de pessoas que preservaram a memória ambiental e a memória urbana, sobrepondo-se às narrativas utópicas do progresso urbano.



Quilombo dos Machado
Foto: Elisa Casagrande

Quilombo dos Machado
Foto: Elisa Casagrande



Fonte: Instituto Moreira Sales



Fonte: Instituto Moreira Sales

As fotos acima, de Lunara, do acervo do Instituto Moreira Sales, e da comunidade do Quilombo dos Machado, retratam condições de vida da população negra na cidade de Porto Alegre em diferentes períodos, em situação de vulnerabilidade. O Quilombo dos Machado se define como o quinto quilombo urbano da cidade de Porto Alegre, essa posição faz referência à autodefinição da comunidade com relação a outras que se declararam quilombolas antes.

A comunidade fica localizada no bairro Sarandi, zona norte/noroeste da cidade. É um território amplo, com quase 300 famílias. O marco fundacional da comunidade é em meio ao que os moradores chamam retomada da área, que aconteceu junto à comunidade Sete de Setembro, no dia 07 de setembro de 2012. Nos arredores, estão a Vila Respeito e a Vila Nova Brasília, além da Vila Nazaré. A família Machado veio em migração da cidade de São Francisco de Paulo. Pereira (2019) traz a narrativa de Lúcia, ou Tia Lúcia, atualmente com 65 anos, e conta como foi a chegada à capital gaúcha, depois de um longo caminho a pé, atravessando morros, vales e riachos, lembranças de momentos bonitos através do olhar de uma criança.

Tia Lúcia nos conta que ao chegarem na cidade de Porto Alegre depois de terem feito um longo trajeto de São Francisco de Paula até a capital gaúcha, a pé, descendo morros, cruzando vales e riachos, sua memória, hoje com 65 anos, ainda descreve detalhadamente o melhor desses momentos, vistos pelos olhos de uma criança. Teriam vindo pela estrada de Taquara, apontada por Weimer (2007) como o principal caminho de comunicação entre Porto Alegre e São Francisco de Paula? Tia Lúcia não lembra ao certo, assim também como não recorda a idade que tinha no período, na faixa de 8 a 12 anos, mas lembra das águas que cruzava, de como os respingos do rio batiam em seu rosto. Sua lembrança resgata os momentos em que seu pai, José Pedroso dos Santos, homem negro alto, que tinha orgulho em se identificar como o Serrano, precisava fazer vários cruzamentos nos rios para atravessar ela e os irmãos que eram pequenos. Lembra de como sua mãe, Helena Moura dos Santos, colocou tudo o que tinham dentro de um lençol - não era muita coisa, pois a casa era da avó, eles não tinham muitos pertences. (Pereira, 2019, p. 50)

Outras comunidades negras da cidade de Porto Alegre, têm o processo de migração similar, como a Família Silva, cujos fundadores são naturais de São Francisco de Paula e Cachoeira do Sul, e a Família Lemos, que migrou da região de Santo Antônio da Patrulha, litoral norte gaúcho. Fluxos de movimento da população descendente de escravizados do interior do estado para a capital. E, posteriormente, as andanças dessa população dentro da cidade. Hoje, as comunidades quilombolas de Porto Alegre criaram uma rede formal de solidariedade e militância, mas esses laços existem tradicionalmente entre os territórios urbanos.

As informações e as fotos que tenho da comunidade são parte dos dados coletados ao longo da minha pesquisa de campo, realizada no contexto do doutorado em Antropologia Social na UFRGS, e como pesquisadora associada ao BIEV. O cerne do trabalho do grupo é o desenvolvimento de um repositório digital que visa comunicar e preservar acervos de pesquisadoras e pesquisadores que estiveram associados e inseridos no grupo, e assim fizeram sua formação. Um grande acervo de fotos, vídeos, narrativas, iconografias que narram a vida urbana e suas transformações, sob o olhar da antropologia urbana e antropologia da imagem, a partir do marco teórico da etnografia da duração (Eckert; Rocha, 2013). Essa construção parte da reflexão e organização de um acervo acumulado pelo grupo, que investe nas discussões e formações coletivas para pensar a

comunicação desses dados.

À guisa de uma conclusão

Escrevo essas reflexões finais em meio ao desastre ambiental que assola o Rio Grande do Sul, localizada na cidade de Porto Alegre e atuando como voluntária no bairro Sarandi, bairro periférico com ocupação majoritariamente de população negra. O bairro é onde fica localizado o Quilombo da Família Machado, o quinto quilombo urbano auto identificado na cidade. Boa parte do bairro, inclusive casas do Quilombo, foi atingida pelas águas. E ainda que muitas cidades e regiões tenham sido atingidas e o desastre tenha impactado diversos bairros da cidade de Porto Alegre, é nas periferias que as pessoas são mais atingidas e, além disso, onde o suporte do poder público chega de forma mais lenta e menos eficiente, quando chega.

A população negra, historicamente, ocupou encostas, morros e áreas próximas a arroios. Locais que normalmente já sofrem impactos de alagamentos, desmoraamentos e todo tipo de desastre natural. Além da localização que vulnerabiliza essa população, as condições precárias de habitação e vida também facilitam um impacto mais intenso nesses casos. Casas de madeira, e não “de material” (como é comum ouvir), são mais frágeis ao impacto das chuvas, o vento e até o frio.

Considero relevante pensar o entrelaçamento entre etnicidade e memória, em específico tratando do contexto urbano e da memória ambiental. Pelas questões sobre as condições de vida e as paisagens urbanas, penso que há uma trama complexa de resistência e preservação de identidades e formas de viver nas paisagens urbanas brasileiras, os jogos da memória, o que permanece ao longo do tempo (mesmo que passando por processos de destruição criativa), e as tensões entre estes temas e as políticas públicas. A trajetória dessas comunidades destaca não apenas a luta por reconhecimento, direitos sociais e civis, mas também a resistência intrínseca a cada desafio imposto ao longo dos séculos.

Acredito na relevância de compreender não apenas a geografia desses espaços, mas as narrativas entrelaçadas em suas memórias coletivas. Os jogos de memória, sob a visão de Eckert e Rocha (2000) são ferramentas cruciais na busca por linhagens e antepassados, desvendando não só raízes históricas, mas mecanismos de dominação que contribuíram para o apagamento de partes dessas vidas no contexto nacional, regional ou local, como é o caso de Porto Alegre.

Em síntese, a intersecção entre etnicidade e memória transcende a busca por direito ao espaço urbano, e resulta na luta contra apagamentos históricos, e na visibilização de narrativas, tradições e identidades que compõem o tecido social. As ressignificações do espaço público (Leite, 2002) subvertem esses esforços de apagamento e invisibilidade, e são ferramentas de luta contra processos de gentrificação dos espaços urbanos na metrópole (Lopes, 2012).

A preservação dessas populações não se limita à manutenção da geografia física, mas também à proteção e promoção de memórias coletivas e o ambiente? Sigo tentando refletir e contribuir com um diálogo mais amplo sobre as formas de resistência dessas comunidades e de suas contribuições para construir as cidades brasileiras, tanto em suas edificações, quanto no âmbito da cultura e dos patrimônios imateriais.

Há um mito ou um itã yorubá que conta que Bará Lodê, uma das qualidades de Bará cultuada no Batuque gaúcho, levava Bará Agelú em andanças. Agelú é o Bará menino, e assim o ajudava com as chaves e correntes. O passeio era liberado por Oxum, desde que o menino não ficasse longe do rio por muito tempo. E assim era. Até que um dia, animado com as aventuras, se recusou a retornar. Ela, assim se desespera e adentra os reinos de Bará, ruas, estradas e todos os lugares onde ele poderia se esconder. Por onde passavam, ela era seguida pelas águas e as chuvas, sabendo que Lodê não tem proximidade com a água. Quando o encontrou, as chuvas pararam e os leitos dos rios voltaram à normalidade. É uma história contada que batuqueiros antigos diziam, em tempos de enchente, que Oxum andava a procurar Agelú e, como forma de oferenda, levavam um ebó de milho cozido (ou o que chamamos no Rio Grande do Sul de canjica amarela) com dois quindins, simbolizando o retorno de Agelú para a casa e buscando ajudar a firmar o tempo e retornar as águas à normalidade.

A separação entre natureza e cultura e, também, a separação entre o urbano e a natureza estão presentes em uma diversidade de autores modernistas (Debarbieux, 2011), e resultam numa ideia de que o contexto urbano não é parte da natureza, nem tem partes dela, senão partes controladas, como espaços de preservação delimitados e parques públicos. Numa ideia de que ilusória de que podemos não só delimitar a natureza, mas controlar como e pra onde ela se move. O que acontece em Porto Alegre nesse momento é um exemplo de que não podemos.

A relação dos territórios negros com a natureza é mais do que o uso de recursos naturais. Se, por destino ou acaso, por desterritorialização ou redes de solidariedade, por estratégia ou falta de opção, se localizaram em espaços onde o território urbano tinha menos interesse e estes são, como já falei, locais de proximidade com a natureza, há hoje um sentimento de pertencimento estabelecido. No caso da religião de matriz africana, como bem coloca Michel Maffesoli no livro *O tempo das tribos*:

Isso bem pode parecer místico. Mas se trata, como demonstrou muito bem Ernst Bloch, de uma espiritualidade bem materialista, e eu acrescentaria, bastante arraigada, ou melhor ainda, que se trata da mistura inexplicável de um imaginário coletivo com seu suporte espacial. Não se trata, portanto, de uma preeminência, mas de uma reversibilidade constante, de um jogo de ações-retroações entre as duas polaridades da existência. (...) Isso quer dizer que a ligação do sentimento coletivo e do espaço é a expressão de uma arquitetônica harmoniosa onde, para retomar a imagem do sambista “todo conjunto se faz corpo”. Sem poder, por falta de competência, aprofundar-me nesse assunto, remeter ao candomblé brasileiro. Menos por suas representações sincretistas do que por sua organização territorial. Com efeito, a harmonia simbólica é surpreendente no interior de um “terreiro”. O ordenamento das casas, lugares de culto e de educação. O papel que

representa a natureza, quer seja em maiúscula, como é o caso nos grandes “terreiros”, ou em modelos reduzidos como se pode ver em cada quarto. Tudo mostra a mistura íntima, o holismo dos diversos elementos sociais. Tanto para os que lhe pertencem, naturalmente, mas também para os que só vêm a ele ocasionalmente, o “terreiro” é um lugar de referência. Somo de tal ou qual “terreiro”. (Maffesoli, 1998. 183)

Para o autor, o candomblé - e, no caso aqui, a nação ou o batuque gaúcho - apresentam pistas para a compreensão social, trazendo uma situação específica da “relação espaço-socialidade, enraizamento, tradicional/perspectiva pós-moderna, logo, trata-se de uma lógica contraditorial da estática e da dinâmica, que, no caso, chega a se articular harmoniosamente” (Maffesoli, 1998, p.184). Há, assim, uma relação entre a memória coletiva e o território.

A população negra já sofre com os alagamentos frequentes ou com os deslizamentos de terra, uma vez que está localizada em áreas mais vulneráveis, como já trouxe aqui. O que acontece é que quando as águas tomam a cidade, como aconteceu em maio de 2024, ela atinge também outras áreas da cidade, chegando às camadas médias, que passa a viver o que populações em situação de vulnerabilidade vivem sempre. Nesse sentido, cabe comentar uma outra cidade celebrada pela expressiva cultura negra, que é a maioria da população no local, nos mostra um contexto próximo, uma vez que foi a população das margens dos rios, localizada de forma precária e na zona de alagamento em “Nova Orleans, onde uma grande parte da população está sujeita a inundações catastróficas, como aquelas provocadas pelo furacão Betsy, em 1965, e pelo Katrina, quarenta anos depois” (Dunn, 2008, p. 121).

Encerro, então, com três questões: como ficam as políticas públicas após um desastre natural? E como será o tratamento às populações vulneráveis nesse contexto? Essas pessoas serão mais uma vez retiradas abruptamente de seus locais?

Referências bibliográficas

- ANJOS, José Carlos dos; RAMOS, Ieda; MATTOS, Jane de; MARQUES, Olavo. As condições de raridade das comunidades quilombolas urbanas. 2008. In: GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos, org. Diversidade e proteção social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças; adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos. Porto Alegre: Century, 2008.
- BOHRER, Maria Dalila. O Aterro Praia De Belas E O Aterro Do Flamengo. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Arquitetura. Orientação Edson da Cunha Mahfuz.
- DEBARBIEUX, Bernard. Imaginarios de la naturaleza. In: Geografias de lo imaginario: México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2011.

- DUNN, Christopher. A Roma negra e o Big Easy: raça, cultura e discurso em Salvador e Nova Orleans. *Afro-Ásia*, 37, 2008.
- DUTRA, Mariana Schwanck. Entre a Arte, o Samba e o Futebol - parque urbano às margens do Guaíba. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. 2017, 33 p.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da (org.). Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2021.
- ECKERT, Cornelia. Une Ville Autrefois Minière: Étude Anthropologique La GrandCombe France. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Université René Descartes, Paris V, Paris, 1991.
- LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *RBCS Vol 17*. N. 49. Junho/2002
- LOPES, Ana Maria D'Ávila. Da Coexistência À Convivência Como Outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, vol. 20, núm. 38, enero-junio, 2012, pp. 67-81. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Brasília, Brasil
- MACHADO, Andrea Soler. Princípios De Le Corbusier No Rio Grande Do Sul: O Projeto Do Bairro Residencial Da Praia De Belas Em Porto Alegre. *URBANA*, V.6, no 8, jun.2014 - Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP.
- MAFFESOLI, M. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MARQUES, Olavo Ramalho. Entre A Avenida Luís Guaranha E O Quilombo Do Areal: Estudo Etnográfico Sobre Memória, Sociabilidade E Territorialidade Negra Em Porto Alegre/Rs. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- PEREIRA, Patrícia Gonçalves. O Quilombo Dos Machado E A Pedagogia Da Ginga: Deslocamentos Em Busca Da Vida. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos. 2019
- PORTO ALEGRE, A. História Popular de Porto Alegre. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1994. 207 p.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Le sanctuaire du desorde, ou l'art de vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques Étude de l'esthétique urbaine el la mémoire collective au sud du Brésil. 1994. Thèse (Doctorat) - Paris: Sorbonne, Paris V.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da, ECKERT, Cornelia. Os Jogos da memória. In: *iLHA - Florianópolis*, n.1, dezembro de 2000, p. 71-84.

- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia com imagens: práticas de restituição. *Tessituras, Pelotas*, v. 2, n. 2, p. 11-43, jul./dez. 2014.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; CERVO, Matheus; BRAZ, Camila. O trabalho do antropólogo urbano no campo da “Memória Ambiental”: levantamento dos desafios e lacunas de pesquisa a partir de estudos de caso. In: *Teoria e Cultura*. v. 15 n. 3 (2020): Interpretando a etnografia visual: imagens e a construção de significados antropológicos.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; DEVOS, Rafael; GUTERRES, Anelise; VEDANA Viviane; IEMONJÁ, Baba Diba de. A tradição do Bará do Mercado Público. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais/LAS/ NUPECS/PPGAS-UFRGS, 2008. 55 min. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/biev/tradicao-bara-mercado/> e <https://vimeo.com/265443568>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; GUTERRES, Anelise; DEVOS, Rafael; VEDANA, Viviane; MARQUES, Olavo Ramalho; DEPORTE, Guilherme; MORAES, Inara; ROCHA, Malu; BEXIGA, Stéphanie; IYEMONJÁ, Baba Diba de. Mestre Borel: a ancestralidade negra em Porto Alegre. Porto Alegre: Ocuspocus Imagens, 2010. 54 min. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/biev/producoes/mestre-borel-a-ancestralidade-negra-em-porto-alegre/>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- SIMMEL, George. *Sociologia*. Organizador [da coletânea]: Evaristo de Moraes Filho. [Tradução: Carlos Alberto Pavanello et al.] São Paulo: Ática, 1983.
- SCOTTÁ, Fernando Comerlato. A Hidrodinâmica e Sedimentologia do Rio Guaíba Analisados por Sensores Geoacústicos e Orbitais. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Geociências da UFRGS. Orientador: Jair Weschenfelder. Porto Alegre, 2018.
- SOARES, Ana Paula Marcante. O território mito da orla: Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS. ese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2014.
- SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: A forma social brasileira*. 1988
- VELHO, G. 1981. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. v. 1. 149 p.
- VELHO, G. 1994. “Sociedade e Cultura”. In: Parente, José Inácio; Monte-Mór, Patrícia (Orgs.). *Rio de Janeiro: Retratos da Cidade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Interior Produções/Banco do Brasil, v. 1.
- VIEIRA, Daniele Machado. TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE/RS (1800 - 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação (mestrado em Geografia), no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.